



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

1

1 Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às dezessete horas, no Auditório Mario  
2 Covas iniciou-se a reunião ordinária do COMUS, sendo presidido pelo Usuário, **Presidente Conselheiro**  
3 **Adelino Pezzi**, que iniciou pedindo a composição da Mesa, começando pelo Secretário de Saúde Dr.  
4 Oswaldo Huruta, o Vice-Presidente Conselheiro André, a 1ª Secretária Conselheira Meire e o 2º Secretário  
5 conselheiro João Carlos, cumprimentando os participantes e falando sobre o tempo de fala de cada  
6 manifestante, que seria de 5 minutos e que após tocar o sinal da campainha, teria acabado o seu tempo,  
7 do mesmo modo como foi feito na última reunião. Falou também que pretende que essa reunião seja  
8 proveitosa e atinja o objetivo o mais rápido possível, terminando assim no horário estipulado. A seguir  
9 passou para os informes da Mesa, e começou dizendo que foi feita uma reunião muito produtiva com os  
10 representantes regionais das unidades de saúde - CGUs, juntamente com o DAB e o assessor de gabinete,  
11 Sr. Renato Zecca onde tiveram informações sobre a realidade e as dificuldades de cada região. O objetivo  
12 dessa reunião foi estabelecer um fluxo de informações entre os conselheiros dos CGUs, as unidades de  
13 saúde e o COMUS para que haja um melhor entrosamento entre a Secretaria de Saúde e os  
14 representantes dos CGUs e o COMUS. O único representante que faltou nessa reunião foi o da região  
15 leste, o que foi uma pena. Lembrou que foi falado na última reunião sobre duas denúncias recebidas pelo  
16 COMUS que foram uma de São Francisco Xavier e outra da UBS Campos de São José. A de São Francisco  
17 Xavier, ele foi juntamente com os representantes da Secretaria, para uma visita e reunião do CGU da  
18 unidade e a do Campos de São José está a cargo da Secretaria, e disse que os problemas foram  
19 encaminhados e estão agora em andamento com a Secretaria para serem solucionados. Passou então a  
20 palavra para a conselheira Meire para que ela falasse sobre Ofícios recebidos da Câmara Municipal de São  
21 José dos Campos. Um do Vereador Elton cumprimentando e parabenizando a Secretaria de Saúde e o  
22 Conselho Municipal de Saúde pelo excelente trabalho prestado à população deste município por meio da  
23 1ª Conferência Municipal de Saúde das Mulheres. A **conselheira Meire** começou cumprimentando os  
24 participantes da reunião e a seguir falou sobre a Emenda Parlamentar citada pelo conselheiro Adelino,  
25 que o município recebeu do Deputado Federal Carlos Zarattini, no valor de R\$520.000,00 para a  
26 estruturação das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Explicou que todas as Emendas Parlamentares entram  
27 em um sistema de gestão do Ministério da Saúde que é chamado SICONVI, e este projeto precisa ser feito  
28 pela Secretaria e encaminhado via SICONVI para que essa emenda se concretize. O líder da bancada,  
29 Carlos Zarattini, é líder da bancada do PT e essa indicação ele fez no ano de 2016 para o ano de 2017,  
30 então cabe agora a secretaria fazer um projeto para o uso dessa verba. A seguir falou sobre o  
31 Ofício/Requerimento nº 766/2017, recebido do Vereador Elton e aprovado por todos os vereadores, a  
32 respeito dos parabéns à Secretaria e ao Conselho pela realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde  
33 das Mulheres e falou também que foi enviada cópia deste ofício para o Prefeito Felício Ramuth, para que  
34 ele tomasse ciência e tivesse visibilidade do documento enviado. Lembrou a todos que o Vereador Elton é  
35 o presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal de São José dos Campos. A seguir o **presidente**  
36 **Adelino** lembrou aos munícipes que eles tem até 15 minutos após iniciada a reunião para a inscrição para  
37 fala no final, desde que seja pertinente à área da saúde. Para isso, era para procurar a Sra. Érika,  
38 secretária executiva do COMUS. Lembrou também que se algum conselheiro não recebeu os documentos  
39 do COMUS enviados antecipadamente, que também procurem a Sra. Érika a fim de solucionar o  
40 problema. Tem três conselheiros que não tem endereço de e-mail e para isso, são levadas cópias dos  
41 documentos enviados, para serem entregues a eles na reunião, para que eles possam se interar dos  
42 assuntos tratados. Após, falou que precisa de mais um representante do conselho para fazer parte do  
43 Comitê de Mortalidade Infantil da Secretaria de Saúde. Disse que no passado o conselheiro João Carlos já  
44 participava e havia um outro conselheiro que não faz mais parte do conselho que participava desse



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

2

45 comitê que era a Sra. Rose, do GAAC e hoje não se encontra mais e que por isso agora necessita de mais  
46 um. Foi indicado o conselheiro Dr. Othon Mercadante Becker e o mesmo aceitou. Falou também que a  
47 Comissão de Acompanhamento e Fiscalização está tratando de dois assuntos que são sobre o CAPS  
48 Infantil e a UPA/UBS Novo Horizonte juntamente com os técnicos das áreas e informou que o  
49 coordenador dessa comissão é o conselheiro Paulo Canelas. Estes foram os informes da Mesa. A seguir  
50 passou a palavra ao secretário **Dr. Oswaldo Huruta**, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos,  
51 lembrando sempre de sua equipe que sempre o acompanha e prestigia a reunião. Passou então a palavra  
52 ao **presidente Adelino** que solicitou à 1ª secretária **conselheira Meire** que passasse para a aprovação da  
53 ATA de nº 2 de 29/03/2017. A ATA foi enviada a todos os conselheiros através de e-mail e os conselheiros  
54 que não possuem e-mail, receberam uma cópia impressa. A **conselheira Meire** começou dizendo que era  
55 para os conselheiros se manifestarem caso tivessem alguma ressalva para a aprovação da ATA, o que  
56 ocorreu sem nenhuma ressalva pelo plenário. Aproveitou para parabenizar a secretária executiva do  
57 COMUS, Sra. Érika, por fazer uma ATA com 14 páginas e sem nenhuma ressalva, o que não é muito fácil, e  
58 agradeceu também aos conselheiros que leram a ATA que lhes foi enviada. O **presidente Adelino** falou  
59 que os munícipes que manifestaram interesse em se pronunciar, que permaneçam na reunião até o final  
60 e que se precisarem se ausentar, não poderão ser substituídos por outra pessoa nessa fala, pois na última  
61 reunião houve munícipe que gostaria de falar e se inscreveu, mas foi embora antes da fala no término da  
62 reunião e para isso é necessário cumprir o regimento. Caso o munícipe precise se ausentar antes da fala,  
63 ele deve protocolar a sua demanda em qualquer dia e horário de funcionamento do COMUS, para as  
64 demais providências. A seguir, passou a palavra ao vice presidente **conselheiro André** para que ele fizesse  
65 a justificativa de ausência dos conselheiros e ele após cumprimentar os participantes, listou todos eles a  
66 começar pelo conselheiro Claudio da Silveira, Wagner Marques, Marcelo Ferreira, Ralpho Costa,  
67 Jacqueline Menengrone, Carlos Eduardo Teodoro e Carlos Roberto Rodrigues. Estes são os que  
68 apresentaram justificativas pela falta na reunião. O **presidente Adelino** lembrou que a partir do mês que  
69 vem será feito um levantamento das faltas dos conselheiros nas reuniões do COMUS e que ele gostaria  
70 que não fosse por essa razão que o conselheiro deixasse o conselho, mas que o regimento deve ser  
71 seguido. Lembrou também de uma reunião entre a comissão de políticas públicas e a secretaria no dia  
72 24/04/2017, sobre o Hospital da Mulher, onde o conselheiro José Fernando, da Secretaria, fez a gentileza  
73 de apresentar várias respostas aos questionamentos levantados juntamente com outros técnicos da área.  
74 Como foi a 1ª reunião sobre esse assunto, não tem muito a se falar, mas nas próximas ele trará mais  
75 detalhes do assunto. Após, perguntou se havia alguma inscrição da ordem do dia para a próxima reunião,  
76 lembrando que o assunto levantado pela conselheira Paula Carnevale já será tratado, sendo que um  
77 deles, sobre o Organograma da Secretaria, todos os conselheiros já receberam. A seguir, passou a palavra  
78 ao **conselheiro Salvador Arnone** que solicitou que se colocasse em pauta a obrigatoriedade do uso de  
79 jaleco pelos médicos e enfermeiros nas unidades de saúde durante o período de atendimento, pois, além  
80 de ser mais higiênico é também uma forma de reconhecimento por parte dos usuários. Isso é uma  
81 questão de saúde pública e é preciso se atentar a isso. O **presidente Adelino** disse que esse assunto será  
82 tratado em alguma comissão e que vai ver em qual ele é mais apropriado e sendo necessário será  
83 colocado em pauta. Ninguém se manifestou para mais pedidos emergenciais devidamente justificados e  
84 aprovados pela maioria do colegiado da ordem do dia. Antes de passar a palavra para a conselheira  
85 Carolina Buck, ele lembrou que o assunto que vai ser tratado, Taxa de Mortalidade Infantil, é um dos  
86 indicadores do SISPACTO 2017, e que ele foi reavaliado pela comissão de políticas públicas e acharam por  
87 bem voltar ao índice que havia sido pactuado antes pela secretaria, de 10/1000NV e não mais 9/1000NV  
88 como havia sido sugerido pela comissão, por não ter as informações técnicas mais detalhadas a tempo.



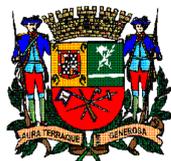
Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

3

89 Como essa pactuação havia sido aprovada pelo plenário, cabe agora apresenta-la novamente para que  
90 todos tenham ciência do que ficou resolvido na última reunião e possam aprovar ou não a nova  
91 pactuação. A **conselheira Carolina Buck** cumprimentou a todos e informou que já houve uma reunião  
92 prévia sobre o assunto e que agora falaria sobre as preocupações que tiveram sobre a meta da taxa, que  
93 a comissão havia aprovado que se baixasse de 10 para 9/1000NV. Explicou o porque, tecnicamente, de  
94 não poder pactuar dessa maneira. A taxa de mortalidade infantil é calculada em cada 1000 crianças  
95 nascidas vivas e que vem a óbito até 1 ano de vida. Falou como é calculado esse índice. Ele é dividido em  
96 3 fases: - a mortalidade neonatal precoce, que é desde quando a criança nasce até o 7º dia de vida, - a  
97 mortalidade neonatal tardia, que é do 8º até o 28º dia de vida e, - a mortalidade pós neonatal que é até 1  
98 ano de vida. Quando se fala em mortalidade infantil, é falado de todos os nascidos vivos e que vieram a  
99 falecer. Para a Mortalidade Neonatal as causas mais comuns são: Transt. Rel. Gestação curta duração ou  
100 baixo peso ao nascer, Desconforto Respiratório RN, Malformações congênitas coração, valvas ou grandes  
101 artérias, Septicemia bacteriana do RN, Asfixia ao nascer e Transtorno cardiovascular perinatal. As Causas  
102 de óbitos fetais mais comuns são: Complicações maternas, Complicações placenta, cordão umbilical,  
103 Hipóxia intra-uterina, Causa não especificada, Malformações e Complicações trabalho de parto e parto.  
104 As ações para redução da Mortalidade materna e infantil são: Garantir acesso adequado à assistência pré-  
105 natal, ao parto e ao puerpério; Incorporação da oferta de exames e tratamentos que melhorem a  
106 qualidade da assistência pré-natal; Redução da transmissão vertical de HIV e sífilis congênita; Incentivo ao  
107 aleitamento materno; Iniciativa Hospital Amigo da Criança; Vacinação da gestante/puérpera e RN;  
108 Implementação de ações concepção e contracepção e Qualificação da atenção ao parto e nascimento. As  
109 ações do Programa Saúde da Mulher para prevenção da mortalidade são: Pré Natal - Baixo Risco:  
110 realizado exclusivamente nas Unidades Básicas de Saúde ou Estratégias de Saúde da Família e de Alto  
111 Risco: realizado no Projeto Casulo ou Hospital da Mulher conforme a patologia de encaminhamento.  
112 Ações no Pré-natal: - Realização de consultas médicas e de enfermagem, - Solicitação e realização de  
113 exames laboratoriais segundo o preconizado pelo protocolo municipal de assistência ao pré-natal, -  
114 Realização de testes rápidos de sífilis, HIV, hepatites B e C permitindo diagnóstico precoce e pronto  
115 tratamento, - Rastreamento de fatores de risco para prematuridade, incluindo cultura de urina e  
116 tratamento dose única com fosfomicina (Monuril®), - Introdução da pesquisa de Streptococcus grupo B  
117 entre 35-37 semanas de gestação e protocolo de profilaxia intraparto nas maternidades e - Ações  
118 educativas. As Ações Educativas no Pré-natal são: - Orientações sobre cuidados com a gestação e recém-  
119 nascido, - Orientações sobre os diferentes tipos de parto, com estímulo ao parto normal, - Orientações e  
120 incentivo à amamentação e - Orientações quanto ao Planejamento Reprodutivo. As Ações do  
121 Planejamento Reprodutivo são: - Palestras sobre o planejamento familiar, - Acesso a métodos  
122 contraceptivos, conforme a escolha da paciente, - Acesso aos métodos de longa duração reversíveis (DIU)  
123 com ambulatório próprio no Hospital da Mulher, - Acesso a novas tecnologias de alta eficácia  
124 contraceptiva (Implante; Mirena®) para pacientes em situação de vulnerabilidade e - Condução do  
125 processo legal de esterilização definitiva para aqueles que assim desejarem e se enquadrem nas  
126 permissões legais. As Ações de Incentivo à Amamentação são: - Incentivo à amamentação desde o  
127 nascimento, sendo os hospitais Antoninho da Rocha Marmo e Hospital Municipal classificados como  
128 “Hospital Amigo da Criança”, - Centro de apoio à lactação no Projeto Casulo com ações educativas e de  
129 assistência às mulheres com dificuldades na amamentação, - Atendimento nas Unidades de Saúde, com  
130 encaminhamento ao Projeto Casulo dos casos mais complexos e - Treinamento das equipes de  
131 enfermagem das Unidades de Saúde no Projeto Casulo para reconhecimento das dificuldades referentes  
132 à amamentação e tratamento adequado. Ela passou então a palavra ao **Dr. Carlos Jemil**, coordenador do



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

4

133 DAB, para que ele explicasse um pouco mais sobre o assunto da mortalidade infantil e ele começou  
134 dizendo que todos gostariam que o índice de mortalidade fosse um índice bem baixo, preferencialmente  
135 zero, mas que infelizmente não é isso que ocorre, apesar de todos os esforços, pois tem vários fatores  
136 que envolvem essa taxa, como fator sócio-econômico, fator de higiene e outros. A preocupação de baixar  
137 a meta de 10 para 9/1000NV, foi que ao longo dos anos esse gráfico não vem caindo e sim se mantendo  
138 entre 10 e 11. É necessário investigar melhor esses óbitos para se ousar em baixar essa meta de 10 para  
139 9/1000NV. Falou que todas as ações para minimizar esse processo já foram listadas e é claro que  
140 procurarão buscar novos meios para reduzir essa taxa. Explicou que todo acompanhamento da gestante é  
141 feito pela rede, que busca um atendimento eficaz para que o conceito não venha a óbito. Esse  
142 acompanhamento é feito em praticamente 100% das gestantes do município dentro da rede básica, mas  
143 em contrapartida, como o volume efetivo de profissionais em ginecologia e obstetrícia não consegue  
144 atender as duas demandas, estão sendo contratados serviços ginecológicos. Então acharam por bem não  
145 baixar a meta para que não se tenha um distanciamento muito grande para o atingimento da meta  
146 estabelecida anteriormente. Como os recursos federais vem em cima do que é pactuado, atingindo as  
147 metas garante que as verbas destinadas ao município cheguem mais rápido e assim podem investir de  
148 uma forma mais adequada onde se tem mais pontos frágeis. Então a explanação que já foi feita para a  
149 comissão de políticas públicas e agora está sendo passada novamente para o conselho, é basicamente por  
150 conta disso e solicita que seja rejuizado esse índice, para que a meta possa continuar sendo atingida.  
151 Antes de ir para a plenária, é feito um estudo técnico para ser apresentado ao conselho para que possa  
152 ser avaliado. A **conselheira Carolina Buck** falou que eles levantaram uma coisa que achou importante  
153 também apresentar, que foi sobre o exame de streptococcus B, que foi implantado no ano passado e que  
154 acha que é muito precoce afirmar que somente esse exame foi a causa de ter baixado o índice da  
155 mortalidade infantil. Esse índice foi do município e não somente do SUS, onde entra a rede privada  
156 também. Aumentou muito o número de parto cesárea, que implica no índice de prematuridade e de  
157 óbito e lembrou que é necessário também trabalhar com a rede privada. Por esse motivo eles quiseram  
158 mostrar a importância de continuar pactuando em 10/1000NV e tentar nesse ano ver se consegue um  
159 índice menor e no próximo ano pactuar com uma meta menor sendo que pra isso é necessário ter algo  
160 concreto e finalizou a sua apresentação. O **presidente Adelino** disse que foi solicitado à Secretaria, que  
161 tivesse no Comitê de Investigação de Mortalidade Infantil, um membro do COMUS e ficou feliz que o  
162 médico conselheiro Dr. Othon Mercadante aceitou o convite e agora vai fazer parte e poderá auxiliar nas  
163 questões técnicas, além do advogado conselheiro João Carlos que também faz parte. O **conselheiro João**  
164 **Carlos** pediu a palavra e perguntou à conselheira Carolina sobre o índice de óbito perinatal e fetal  
165 apresentado de causas não especificadas de mortalidade infantil que é um dos maiores. Disse que é  
166 muito alto e questionou se o Comitê de Investigação de Mortalidade Infantil investiga também os óbitos  
167 fetais. Perguntou se o comitê não consegue investigar melhor essas causas. A **conselheira Carolina Buck**  
168 disse que essas causas são aquelas que realmente não conseguem achar a causa do óbito. O **conselheiro**  
169 **João Carlos** perguntou se os profissionais que investigam são realmente preparados para a investigação e  
170 se eles se esforçam em saber qual foi a causa. O **Dr. Carlos Jemil** respondeu dizendo que no município de  
171 São José dos Campos tem uma situação muito crítica e espera que com a vinda das faculdades de  
172 medicina para cá se resolva essa questão. Disse que no município não tem um serviço de investigação de  
173 óbito, ou seja, autópsia, e que todos os processos que levam a óbito e que não tem uma causa  
174 determinada, tanto óbito fetal quanto adulto, se ele não tiver um histórico específico, vai sair como causa  
175 mal definida. A **conselheira Carolina Buck** disse que são fatores que precisam ser repensados e ver qual  
176 estratégia se deve tomar. O **Dr. Carlos Jemil** lembrou que o IML não é do Município e sim do Estado e



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

5

177 sugeriu que o COMUS tente ajudar de alguma maneira para que essa implantação seja feita aqui em São  
178 José. Disse também que o único serviço do IML que se tem no município é o de verificação de causas  
179 violentas. O **conselheiro João Carlos** perguntou se os profissionais médicos que fazem esse atendimento  
180 não conseguem fazer esse tipo de investigação e a **conselheira Carolina Buck** disse que isso não é possível  
181 e que agora o foco será trabalhar nesses óbitos fetais e nos natimortos pra que isso também caia. Falou  
182 que antes o pré-natal era feito através dos prestadores e o atendimento ginecológico era feito na base.  
183 Agora isso foi invertido e o pré-natal é feito 100% na UBS e os prestadores fornecem consultas  
184 ginecológicas. O **conselheiro José Marques** questionou sobre a prioridade no atendimento para as  
185 gestantes nas unidades de pronto atendimentos. Disse que a esposa de um funcionário dele está gestante  
186 e precisou de um atendimento emergencial e ficou mais de 4 horas para ser atendida. Se esse  
187 procedimento está correto. A **conselheira Carolina Buck** falou que não sabe qual era o caso e a queixa  
188 dela, mas que existe um protocolo especificando a classificação de risco para atendimento emergencial.  
189 Precisa saber primeiro qual era a queixa e após ela seria encaminhada para o setor ginecológico e que  
190 mesmo dentro do centro obstétrico, existe também a classificação de risco. Portanto, após passar pela  
191 classificação, ela é atendida conforme manda o protocolo. O **Dr. Carlos Jemil** falou que provavelmente ela  
192 não foi à uma unidade básica de saúde, pois nas UBS as consultas são pré-agendadas e não fazem  
193 atendimento emergencial. Esse tipo de atendimento é feito nas UPAs que possuem um protocolo efetivo  
194 de avaliação de risco e é através desse protocolo que se classifica o tipo do atendimento necessário para  
195 o paciente. Mesmo a paciente sendo gestante, dentro desse atendimento emergencial o que vai valer é a  
196 emergência. Vai depender do quadro clínico do paciente, independente de ser gestante ou não. O  
197 **conselheiro José Marques** disse que não concorda e disse que gestante tem de ter prioridade e que por  
198 conta disso o índice de mortalidade infantil pode cair. A seguir o **conselheiro Daniel** perguntou quantos  
199 leitos neonatal o município possui e que se caso uma criança precisar de um leito e o município não tiver  
200 para oferecer, qual é o procedimento nesse caso. A **conselheira Carolina** respondeu que no Hospital  
201 Municipal possui UTI Neonatal que foi toda reformada e que também tem uma unidade intermediária e  
202 conta ainda também com a UTI Neonatal do Hospital Antoninho da Rocha Marmo. No caso de não haver  
203 vaga em nenhum desses lugares, conta ainda com a Santa Casa que também possui leito de UTI Neonatal.  
204 Isso é conseguido de alguma forma, sem exceção. Ela disse que não tem como falar quantos leitos o  
205 município possui no momento, mas disse que oportunamente trará esse número exato para apresentar  
206 para o conselho. O **conselheiro Marcos Antônio** informou que o Estado disponibiliza um sistema de  
207 vagas, chamado CROSS, que caso o município não tenha nenhuma vaga, esse paciente é alocado onde  
208 tiver vaga mais próxima. O que sempre acontece em São José, é exatamente o contrário. Ele recebe  
209 pacientes vindos de outros municípios por sempre ter vagas sobrando. A **conselheira Carolina** disse que  
210 gostaria de fazer um elogio ao Hospital Municipal, pois possui uma equipe extremamente competente  
211 que vai fazer de tudo pra atender esse paciente bebê prematuro, que porventura necessitar de algum  
212 tipo de procedimento. A **conselheira Elaine** questionou sobre as causas não especificadas como a  
213 conselheira Carolina apresentou. Ela disse que tem como saber sim quais são as causas, mas só para  
214 todos ficarem cientes, é que o município não tem esse tipo de serviço. Que acha importante São José  
215 também ter esse serviço, pois as cidades da região como Taubaté e Jacareí já possuem. Perguntou o que  
216 se deve fazer para que o município também seja credenciado. Citou que a Dra. Mônica apresentou em  
217 uma reunião passada sobre a Rede Cegonha, que estava com dificuldades para ser implantada. Perguntou  
218 se já está implantada ou não. A **conselheira Carolina** respondeu que já está com a Rede Cegonha  
219 implantada com recurso federal. A **conselheira Elaine** comentou também que houve um caso de uma  
220 gestante que não utilizava a rede para pré-natal e que agora no final da gestação precisou usar. Que ela



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



**ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017**

6

221 foi na UBS Satélite em uma consulta agendada mas que só passou no acolhimento com a enfermeira e  
222 que marcaram uma consulta pra ela somente para a outra semana, o que provavelmente o bebê já tenha  
223 nascido, por ela já estar nas últimas semanas. Perguntou se isso é o correto, se é esse mesmo o  
224 protocolo. A **conselheira Carolina** disse que o que existe hoje no programa da mulher são as consultas  
225 compartilhadas, onde a enfermeira atende essa gestante, faz o pré-natal, faz a ausculta do bcf, faz a  
226 medição da altura uterina, levanta as queixas dessa gestante e se ela identifica que essa gestante precise  
227 urgente de um atendimento médico, que o médico irá atendê-la. Que existe dentro do protocolo do  
228 próprio Ministério as consultas compartilhadas. Essa gestante já vinha sendo atendida pela rede privada e  
229 a enfermeira analisou a carteira de acompanhamento do pré-natal dela e se verificou que está tudo  
230 correndo bem, não há a necessidade de passar pelo médico no momento, pois essa é uma consulta de  
231 continuidade. Por isso foi agendada a consulta com o médico para a próxima semana. A **conselheira**  
232 **Elaine** falou também sobre a colocação do conselheiro Marcos, que no caso de um paciente necessitar ir  
233 para outro município se é só para os casos de pacientes com problemas cardíacos. A **conselheira Carolina**  
234 respondeu que sim. Que nestes casos o município não tem esse tipo de habilitação para esse  
235 atendimento, somente nestes casos. A **conselheira Paula Carnevale** disse que é muito importante fazer a  
236 classificação do Comitê dos Óbitos infantis. Que é sobre a evitabilidade do óbito. Por exemplo, no caso de  
237 uma gestante que foi várias vezes na unidade, não sendo atendida e ela teve uma infecção urinária e não  
238 conseguiu fechar um diagnóstico. Acha que é importante que o representante traga esses dados melhor  
239 especificados. Se esses dados seriam melhor classificados no caso de uma melhor assistência e  
240 transparência para o conselho conseguir entender e tentar ajudar no que for possível para que esse  
241 índice de mortalidade infantil caia. A **conselheira Carolina** disse que existe um Comitê de Mortalidade  
242 Infantil que faz reuniões periódicas juntamente com o pessoal da Vigilância Epidemiológica para estudo e  
243 análise dos casos de mortalidade e que eles realizam esses estudos e falou também que trará esses dados  
244 para serem apresentados ao conselho. A **conselheira Paula Carnevale** sugeriu que fosse apresentada ao  
245 conselho qual ação está sendo feita para que o conselho possa entender melhor esses dados informados.  
246 A **conselheira Carolina** disse que não só com relação aos óbitos infantis, mas também aos maternos estão  
247 sendo estudados. A **conselheira Paula Carnevale** disse que as enfermeiras das unidades tem toda uma  
248 qualificação para dar o atendimento necessário para o acolhimento às gestantes, conforme foi dito pela  
249 conselheira Carolina. Que é muito difícil avaliar uma gestante que vem do serviço privado, pois ela vem  
250 com expectativas que nem sempre conferem com a realidade. Precisa saber o que foi dito a ela com  
251 relação ao tipo de atendimento público que ela receberia. Disse também que atualmente no parto  
252 humanizado que está tendo, as mulheres inclusive pedem pra que não tenham exames de toque. A  
253 **conselheira Carolina** lembrou que no serviço privado a gestante é atendida no consultório do médico de  
254 sua escolha e que no público existe o atendimento compartilhado. A **conselheira Paula Carnevale** falou  
255 que nos países mais desenvolvidos esse tipo de atendimento de consulta compartilhada já existe a muito  
256 tempo. Que as enfermeiras participam mais desses atendimentos. A seguir o **presidente Adelino** pediu ao  
257 coordenador da comissão de políticas públicas, **conselheiro Paulo Macedo**, que se pronunciasse. Ele  
258 começou dizendo que como já foi falado, eles tiveram uma reunião com os técnicos da Secretaria no dia  
259 19/04/2017, para discutir sobre o assunto da taxa de mortalidade infantil, para que a comissão pudesse  
260 entender com mais riqueza de detalhes os dados anteriormente apresentados. Depois de todas as  
261 explicações feitas, eles entenderam, e acharam por bem voltar a repactuar o índice da taxa de 9/1000NV  
262 para 10/1000NV como já havia sido pactuado e agradeceu a Dra. Monica Cotta e a conselheira Carolina  
263 pelas explicações para a Mesa do COMUS e para a comissão. Falou também que acha que é o mais  
264 adequado e mais seguro devido a atual situação. Depois dele ter dito isto, o **presidente Adelino** sugeriu



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

7

265 que fosse colocado em regime de votação pelo plenário, a repactuação do índice da taxa de mortalidade  
266 infantil de 9/1000NV para 10/1000NV, o que foi aprovado com a maioria a favor, apenas um voto contra  
267 e nenhuma abstenção. Ele lembrou que os conselheiros João Carlos representante da Pastoral da Criança  
268 e o Dr. Othon representante do Conselho de Medicina, irão representar, e muito bem, o COMUS no  
269 Comitê de Mortalidade Infantil a partir de agora. A seguir o **Sr. José Aparecido** do Fundo Municipal de  
270 Saúde passou a apresentar o Projeto da LDO e lembrou que essa mesma apresentação já foi passada  
271 anteriormente para as comissões de políticas públicas e de orçamento e finanças para análise. Explicou  
272 que a LDO sempre será a parte vinculada que a Secretaria poderá trabalhar. Essa parte vinculada são  
273 transferências feitas fundo a fundo realizadas através de portarias ou através de alguma emenda  
274 constitucional de Deputados. Em 2017 a LDO prevista e fechada entre recursos do Governo Federal,  
275 Estadual e Municipal, foi num valor de R\$638.890.000,00 Esses recursos vem para o município para serem  
276 usados na gestão plena, que são os atendimentos de internações hospitalares, na Atenção Básica, na  
277 Vigilância Sanitária, na Nutrição e no Programa DST/AIDS. Esse orçamento que está sendo apresentado é  
278 o orçamento que está em curso durante o ano de 2017 e é o que já foi aprovado e está em lei. De acordo  
279 com a Constituição 15% da verba do orçamento do município tem que ser aplicada em saúde e em São  
280 José se aplica entre 28 a 29%, um índice bem maior que o estipulado pela Lei 141. Ele disse também que  
281 está trazendo essa apresentação somente a título de informação para o conselho. Trouxe também uma  
282 estimativa que foi enviada para a Fazenda, mas disse que isso pode haver alteração caso ocorra algum  
283 recurso novo que chega, algum projeto que tenha que ser feito ou que se deixe de fazer. Falou que a  
284 estimativa para o ano de 2018 é de R\$154.797.540,00, que o que ele apresentou é só a parte vinculada,  
285 ou seja, a que o município recebe para a Saúde através de transferências ou de portarias, mas que  
286 também tem a parte do município. Disse que esse valor pode ser modificado no segundo semestre,  
287 quando for feita a LOA. Como não se tem como prever um crescimento para os próximos anos, então se  
288 manteve o mesmo valor para eles. A **conselheira Meire** questionou se já há uma projeção da verba do  
289 município para compor orçamento da saúde. O **Sr. José Aparecido** disse que com relação a isso, ele  
290 conversou com os técnicos da Secretaria de Administração e Finanças e que eles ainda não tem um  
291 número fechado. Eles farão primeiro uma apresentação para Prefeito em conjunto ao Secretariado e após  
292 divulgarão esse número. O **conselheiro Salvador** falou sobre esse orçamento se era uma estimativa para  
293 2018, 2019, 2020 e 2021 como ele havia dito e que era uma receita vinculada, como vem para programas  
294 como o DST/AIDS, perguntou se esse orçamento se estende para outras patologias, como hepatite por  
295 exemplo. O **Sr. José Aparecido** respondeu que sim e após ter dito isto, agradeceu e finalizou a  
296 apresentação. O **presidente Adelino** perguntou se alguém da Secretaria gostaria de se pronunciar e  
297 informou que essa apresentação está na agenda legal do COMUS e que é um item que precisa ser  
298 cumprido pelo conselho. Que é uma das pautas legais recomendadas e que é necessária a aprovação ou  
299 não pelo conselho. Disse que o que foi apresentado pela Secretaria à comissão de orçamento e finanças  
300 não houve como avaliar, mas que essa apresentação deveria ser feita ao plenário assim mesmo.  
301 Questionou ao plenário se deveriam ou não aprovar da maneira como foi apresentado, pois a comissão  
302 não conseguiu, pela falta de maiores detalhamentos de dados. Questionou juntamente com a **conselheira**  
303 **Meire** se tem algum prazo que o governo tenha planejado apresentar esses dados, pois ela sabe que  
304 precisa ser passado para a Câmara Municipal até julho. O **Sr. José Aparecido** respondeu que o prazo que a  
305 lei municipal estipula da LDO, prevê até 30 de abril e que isso fica a cargo da Secretaria de Administração  
306 e Finanças. O **conselheiro José Marques** sugeriu que o COMUS solicite uma extensão desse prazo, pois  
307 não é possível avaliar e aprovar sem um conhecimento pleno. A **conselheira Meire** disse que concorda e  
308 que acha que tem que ter uma avaliação melhor do orçamento, até por conta da responsabilidade que



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

8

309 existe na Lei 141, que é responsabilidade do conselho municipal a aprovação de matérias dessa natureza.  
310 Ela disse também que a gestão do município tem a responsabilidade de encaminhar ao COMUS as  
311 informações dentro do prazo para que possam ser avaliadas. Essa proposta ainda será passada para a  
312 Câmara e provavelmente não será votada em regime de urgência, então ela acha que possa ter um tempo  
313 hábil para isso, nem que seja preciso ser convocada uma reunião extraordinária pra que o conselho possa  
314 ter a visibilidade da matéria. Então ela propõe que assim que a secretaria da saúde receba as  
315 informações, agenda uma reunião extraordinária para que o conselho possa analisar e fazer as suas  
316 colocações pra que realmente seja validado o trabalho do conselho e principalmente validar o trabalho  
317 dos técnicos da secretaria. Porque ela sabe o quanto é difícil para os técnicos fazerem todo esse trabalho.  
318 Propõe então que seja feita uma reunião extraordinária para apresentar esse trabalho antes que seja  
319 passado para a Câmara Municipal. No mesmo dia em que for passado para a Câmara, que passe  
320 juntamente ao conselho para uma convocação extraordinária de 48h, que é possível pelo regimento do  
321 COMUS, e também pede a todos os presentes que mantenham o compromisso de vir pra essa reunião  
322 para a aprovação ou não do projeto da LDO. O **Sr. José Aparecido** disse que é difícil a Câmara aprovar  
323 logo, pois tem um estudo que os técnicos da economia farão antes da aprovação. Então acha que é  
324 melhor quando já tiverem com todos os dados, tanto os informados pela secretaria de saúde quanto os  
325 da secretaria de administração e finanças em mãos, trazer para o conselho para avaliação e aprovação,  
326 que é uma maneira mais plausível. Ele disse que tenta conseguir essas informações antes, mas como isso  
327 depende de outras secretarias, não tem como prometer que consiga. A **conselheira Meire** disse então  
328 que isso dá tempo hábil para que seja marcada outra reunião e que o importante é o conselho estar  
329 participando do processo. Ela solicita ao secretário Oswaldo que assim que for enviado para a Câmara  
330 que seja enviado também para o conselho, pois assim poderá chamar uma reunião com as comissões de  
331 orçamento e finanças e a de políticas públicas para que analisem e depois apresentem ao conselho as  
332 deliberações apontadas, pois isso valida o trabalho da secretaria e apoia naquilo que for necessário. O  
333 **presidente Adelino** disse que isso é perfeito e informa que as comissões tem um excelente  
334 relacionamento entre os conselheiros e os técnicos da secretaria e explicou que na última reunião que  
335 tiveram o Sr. José Aparecido disse que era só isso que ele tinha para apresentar por enquanto e também  
336 mais algumas que conseguiria apurar depois dessa reunião. Foi sugerido para apresentar assim, pois  
337 como faz parte de agenda legal, ele tem a preocupação de não cumprir com as normativas do COMUS.  
338 Ficou combinado então, entre a secretaria e o plenário, uma nova apresentação desse projeto, tão logo  
339 tenham os dados. Dando continuidade, o **conselheiro Isidio** da comissão de políticas públicas se  
340 pronunciou dizendo sobre uma recomendação da comissão que se estabeleça uma comissão de RH para  
341 que sejam estudados os problemas que estão sendo apresentados por falta de recursos em diversas  
342 áreas. Ele acha que precisa ter uma comissão avaliando mais profundamente essa falta de recursos para  
343 tentar agilizar esse processo juntamente com a secretaria e o COMUS. O **presidente Adelino** disse que a  
344 pontuação dele não é com o secretário, mas sim com a atual situação da secretaria. Disse que nos  
345 encontros que ele vem tendo com algumas unidades, a reclamação é sempre a mesma, a falta de RH para  
346 um melhor atendimento à população e também para uma melhor condição de trabalho para os  
347 servidores. Além da falta de RH tem também a falta de segurança e de estrutura física das unidades.  
348 Lembrou da reunião que teve com o comandante da guarda municipal sobre esse assunto e agradeceu  
349 pela presença de todos os gerentes das UPAS que se fizeram presentes nela. Falou que com relação à  
350 recomendação da comissão, que existe uma comissão de recursos humanos e os conselheiros Claudio Luiz  
351 da Silveira, Landri Padial Martins, Othon Mercadante Becker, Edvan Ricardo de Sousa, André Luis dos Santos, Meire  
352 Cristina Ghilarducci e Maria Neri Macedo A. Silva fazem parte dessa comissão. Lembrou aos conselheiros que tem



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

9

alguns que participam dessas comissões e outros não e também que tem alguns que participam de quase todas as comissões. Que seria bom que todos manifestassem interesse em participar também dessas comissões, pois, além de ajudar serve também para um aprendizado. Ele entende as dificuldades, mas isso é necessário para o bom andamento do conselho e está no estatuto. A **conselheira Meire** disse que já que o conselheiro Isidio levantou a questão de RH, que seja então agendada uma reunião para essa comissão, pois existe uma portaria do Ministério da Saúde que fala especificamente sobre comissão de recursos humanos na saúde. Informou que essa comissão é paritária e que tem participação também da secretaria de saúde. A seguir passou a palavra ao **vice presidente André**, pra que ele chamasse os conselheiros que se inscreveram para se pronunciar. Antes de chamar os participantes ele disse que gostaria de falar que hoje, dia 26 de abril, é uma data que se comemora o dia nacional de combate à hipertensão e que essa data é muito importante estar lembrando, pois o Ministério da Saúde informa que pelo menos 25% da população sofre com esse problema e que na grande maioria são os idosos. O maior problema que acontece é a falta de cuidado e prevenção com essa doença. Lembrou que são necessários alguns tipos de cuidados como visitas às UBSs, uma alimentação saudável e a prática de exercícios físicos para a prevenção dessa doença. Pediu que os conselheiros tivessem o desafio de divulgarem essas informações para o maior número de pessoas possível. A seguir passou para os conselheiros inscritos e começou pelo **conselheiro Othon Mercadante** que iniciou falando sobre o cronograma de vacinação onde dizia que cada semana seria um grupo específico e ao que parece isso não está sendo feito, pois, todos que estão indo ao posto estão sendo vacinados independentes de estar ou não no grupo especificado. Perguntou se o município terá toda a quantidade necessária para vacinar todos que precisam da vacina, porque tem a preocupação de que muitos possam ficar sem. Questionou também quanto à reposição dos funcionários que saem da secretaria, se isso já está sendo providenciado, pois essa falta de reposição está trazendo problemas para a rede básica. Inclusive quanto ao desvio de função por parte de funcionários, principalmente da área de enfermagem que acabam tendo que trabalhar na recepção por falta de servidor para tal função. O **secretário Oswaldo** respondeu que com relação à vacinação, começou nessa semana a campanha, a procura está sendo muito grande, que todos que estão procurando realmente estão sendo vacinados e que com certeza terá quantidade suficiente para todo mundo. Quando vai acabando já é feita uma nova solicitação à Secretaria do Estado pra que eles mandem mais. Lembrou que no dia D, que será no dia 13 de maio, num sábado, está sendo programado postos volantes em vários lugares na cidade, inclusive nos Shoppings, onde há uma demanda maior de pessoas. Durante a semana todos podem procurar a UBS e fazer a vacinação até o dia 26 de maio quando termina a campanha. Informou que o público alvo estimado foi de 193.000 pessoas para serem vacinadas no município. A meta é vacinar pelo menos 90% das pessoas que estão na classificação de risco de contrair a H1N1. A título de informação, disse que em 2016 o município teve 60 casos de H1N1 e 14 óbitos, por isso a necessidade de vacinar. A **conselheira Dra. Tereza** disse que está sendo vacinado fora da ordem, mas que é só o grupo de risco e que o Ministério da Saúde prevê um número de doses para esse grupo, que são eleitos para a vacina, que são as crianças, os idosos, etc. O que acontece é que as pessoas procuram a UBS e mesmo não sendo o dia delas, eles vacinam porque tem uma meta a ser cumprida e não podem mandar essa pessoa pra casa pra ter que voltar na outra semana para vacinar. O importante é vacinar todos que são da classificação de risco. Após, o vice presidente André passou a palavra ao **conselheiro Romildo Negromonte** que começou falando que o problema na UBS D. Pedro é a falta de funcionário, pois tem pessoas idosas chegando para vacinar e só tem uma pessoa aplicando e isso causa muito tempo de espera e também na UPA do Campo dos Alemães sofre com esse mesmo problema de falta de funcionário. O **presidente Adelino** falou que tem recebido muitas reclamações de vários conselheiros que comentam que muitos funcionários passam



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

10

397 mal nas unidades de saúde por estarem sendo muito pressionados no ambiente de trabalho. Lembrou  
398 que quando eles falam do atendimento aos munícipes, fala também do atendimento por parte dos  
399 servidores que também sofrem com a falta de funcionários. O **secretário Oswaldo** respondeu que sabe  
400 do problema e que na medida do possível está tentando equacionar essa situação. O que ocorre ainda é a  
401 falta de recurso financeiro e espera que até o final do ano essa situação já esteja sendo solucionada. É do  
402 conhecimento da secretaria e eles estão tentando fazer o melhor para o momento. O **vice presidente**  
403 **André** informou então que encerrou-se o período de pronunciamento dos conselheiros inscritos e passou  
404 para o próximo item que é a manifestação do cidadão. O primeiro a se pronunciar foi o **Sr. Edson**  
405 **Barbosa**, conselheiro do CGU do Parque Industrial, que falou também sobre a falta de funcionário na UBS,  
406 assim como já foi falado dos outros locais. Falou que os funcionários sofrem muita pressão e que a  
407 qualquer hora pode haver algum tipo de erro, pois, funcionários da área da saúde não podem trabalhar  
408 sobre pressão de maneira alguma. Acha que precisa urgente de uma solução. Após, o **Sr. João Pinheiro**,  
409 também do CGU do Parque Industrial, disse que tem pequenas coisas que podem ser resolvidas a curto  
410 prazo, como por exemplo o painel de senhas que está quebrado e ainda não foi consertado. Pra isso  
411 então, o médico precisa sair da sala dele pra vir chamar o paciente e isso também causa atraso no  
412 atendimento. Perguntou também sobre o funcionário que se aposenta, pra onde vai o salário dele? Numa  
413 unidade que precisa trabalhar com 22 funcionários como ela vai trabalhar somente com 9? Acha que não  
414 adianta trocar a gerente e sim colocar mais funcionários para trabalhar. É impossível trabalhar em uma  
415 UBS daquele tamanho somente com 9 funcionários e ainda com 2 funcionários readaptados. Falou que a  
416 conselheira Carolina Buck participou da última reunião e que ela ficou ciente do problema. Lembrou que  
417 isso já faz mais de 2 anos que está sendo pedido e encerrou a fala. O **secretário Oswaldo** respondeu que  
418 é a mesma resposta que já foi dada. Que estão cientes do problema e que estão tentando resolve-lo da  
419 melhor maneira possível. Eles estão com falta de recursos financeiros e pelo pouco tempo que tem do  
420 novo governo, estão procurando a solução mais viável para esse momento de crise. O **vice presidente**  
421 **André** disse que essa pergunta do Sr. João Pinheiro é muito pertinente, sobre os funcionários que se  
422 aposentam e os que são exonerados e que o conselho pede a reposição desses funcionários porque  
423 entende que esse não é um gasto a mais que a secretaria está tendo e sim o que já vem sendo pago.  
424 Passou a seguir a palavra para a **Sra. Sílvia Macedo**, representante do CGU da UPA Novo Horizonte, que  
425 falou sobre a construção da nova UPA para aquele bairro. Disse que é uma luta de muitos anos, essa  
426 solicitação da construção, pois aquela região cresceu muito e a que tem lá não comporta mais a  
427 demanda. Disse que em 2012, o deputado da cidade conseguiu uma verba de um fundo perdido para essa  
428 construção. Disse que não foi possível vir o dinheiro, pois a prefeitura não conseguiu cumprir com os  
429 prazos estipulados pra que o dinheiro viesse. Disse que agora eles tem lá, deixado pelo ex-prefeito  
430 Carlinhos Almeida, a planta de uma UPA nível 3, que é do tamanho da UPA do Campo dos Alemães, que  
431 será construída dentro do projeto pela empresa Stemmi Engenharia e Construção Ltda. no valor de  
432 R\$21.060.000,00. A empresa construirá e depois de 1 mês de entregue para a prefeitura, começa-se a  
433 pagar um aluguel no valor de R\$117.000,00 por 180 meses e que depois desse prazo a prefeitura passa a  
434 ser dona do imóvel. Ela disse que sabe que em uma UPA desse nível, vem verba federal para manter essa  
435 UPA. Ela trouxe todos os documentos para apresentar ao conselho, ou seja, a planta interna e externa da  
436 UPA e também a cópia do projeto. Pediu que fossem protocolados esses documentos para que o COMUS  
437 ajude nessa luta para essa construção. Disse também que a Paróquia Coração Eucarístico de Jesus do  
438 bairro está com um abaixo assinado lá na região e que eles vão protocolar esse abaixo assinado com o  
439 prefeito e pedir a ele e ao secretário que reveja essa questão, porque acha que fazer reforma nessa  
440 unidade não vai ser suficiente para a solução do problema. O **secretário Oswaldo** respondeu que sabe



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

11

441 que a situação da UPA/UBS Novo Horizonte é crítica e que ele acredita que no segundo semestre já terão  
442 boas notícias da solução que está sendo providenciada. A UPA será separada da UBS para um melhor  
443 atendimento da população, pois acha que é inadmissível uma UPA ficar dentro de uma UBS. Informou  
444 que esse documento que a Sra. Sílvia acabou de entregar não é do conhecimento da secretaria e que ele  
445 precisará ser analisado e verificado se há a possibilidade da construção, mas falou também que o  
446 problema já está sendo estudado e que logo será solucionado. A seguir o **conselheiro Walter de Lucca** se  
447 pronunciou dizendo que se falou muito em situação financeira e falou que ele pensa que um funcionário  
448 que entra na prefeitura, ganha na faixa de R\$2.000,00 e um que sai aposentado ganha na faixa de  
449 R\$20.000,00, hipoteticamente, então a prefeitura economizaria dinheiro se fizesse concurso, pois, as  
450 pessoas que estão saindo estão ganhando muito mais do que as que estariam entrando. Ele sugere que se  
451 faça um estudo para a contratação de pessoas para substituir essas que estão saindo com mais rapidez,  
452 pois da forma que foi explanada, com o valor da que está saindo dá pra se contratar 10 pessoas novas.  
453 Falou também sobre pessoas voluntárias que se prontificam em ajudar em campanhas e que podiam  
454 aproveitar dessas oportunidades. O **presidente Adelino** disse que as comissões de políticas públicas e de  
455 fiscalização e acompanhamento, já se reuniram por duas vezes para tentar ajudar de alguma forma na  
456 solução dos casos da UPA/UBS Novo Horizonte e do CAPS Infantil e que ele vê com bons olhos toda forma  
457 de ajuda. Que esse material que a Sra. Sílvia trouxe, vai estar servindo de alguma forma de ajuda para o  
458 que é melhor para a saúde. A seguir o **vice presidente André** passou a palavra ao **Sr. Leandro Gimenez**  
459 usuário da UBS Jardim Oriente, que começou dizendo que gostaria de parabenizar a secretaria de saúde  
460 na pessoa do secretário Oswaldo pelo trabalho que vem sendo feito junto a URBAM quanto ao serviço  
461 funerário municipal e a respeito da captação de órgãos no município. Disse depois que com relação ao  
462 que o vice presidente André falou, sobre o combate à hipertensão, uma das formas de evitar esse  
463 problema é com atividades físicas. Um projeto de vital importância é o projeto Caminhar que ocorre nas  
464 UBS. Disse que recentemente ouviu-se dizer que os profissionais de educação física que atuam nesse  
465 projeto foram dispensados. Perguntou ao secretário se isso é verdade, o porquê e se isso não  
466 compromete o bom funcionamento do projeto. Depois perguntou à conselheira Carolina o que falta e o  
467 que é necessário para que São José tenha um serviço de verificação de óbito. Como se criar esse serviço?  
468 O **secretário Oswaldo** respondeu que com relação à hipertensão, é necessário fazer muito mais um  
469 trabalho educativo com os pacientes hipertensos do que somente o de tomar a medicação necessária. Em  
470 relação à verificação de óbito, esse trabalho é feito pela secretaria estadual e é o Estado que faz essa  
471 implantação juntamente com a Delegacia e que isso não depende do município e sim é um problema do  
472 Estado. Acha também que o município deveria ter esse serviço, pois os casos indeterminados de óbitos  
473 poderiam ser facilmente identificados. O secretário Oswaldo e o Sr. Leandro concordam que esse tipo de  
474 serviço seria muito importante o município ter. A **conselheira Carolina Buck** respondeu que na verdade o  
475 IML é do Estado e o que é necessário acontecer é uma parceria, acha que com a vinda da faculdade de  
476 medicina para cá, isso é um facilitador para se ter esse serviço e também é um assunto que poderia ser  
477 discutido, pois, não é um assunto novo e sim uma reivindicação antiga, e nada melhor que sentar e  
478 conversar sobre o assunto para ver a melhor possibilidade de implantação. É necessário que o pleno  
479 entenda que isso não depende só do município, não é uma decisão municipal e sim da Secretaria do  
480 Estado em parceria com o município. Os municípios que já possuem esse serviço são municípios que já  
481 tem faculdades de medicina implantadas. O **presidente Adelino** disse que a título de informação, a  
482 conselheira Meire tem o número de quantidade de córneas que foram captadas nos primeiros 15 dias. A  
483 **conselheira Meire** esclarece que essa parceria é entre o Hospital Provisão, o banco de olhos de Sorocaba  
484 e a URBAM. Essas três instituições se uniram para que pudesse iniciar a captação de córneas no Vale do



Secretaria Municipal de Saúde  
Conselho Municipal de Saúde COMUS  
de São José dos Campos



## ATA ORDINÁRIA – Nº 003 – 26/04/2017

12

485 Paraíba. Houve a sensibilização imediata do prefeito Felício, do vice prefeito Dr. Ricardo e do secretário  
486 Oswaldo, que atenderam um relato do Vereador Dr. Elton, quando foi levada essa demanda que já era de  
487 muito tempo e que já se havia tentado sem sucesso em outros momentos. Iniciada a captação de córnea  
488 no dia 10/04/2017 e até o dia 25/04/2017 foram feitas 30 doações e isso significa 60 córneas. De todas as  
489 famílias que foram abordadas, somente duas não consentiram a doação. Isso também demonstra a  
490 sensibilidade da nossa população, pois isso é um ato de desprendimento e de solidariedade. A URBAM  
491 cedeu o espaço e deu toda a assessoria necessária. Lembrou que após o dia 08/05/2017 será iniciada pelo  
492 Hospital Provisão uma campanha, dentro do Vale Sul Shopping, no piso térreo em frente à área dos  
493 brinquedos. Esse espaço será utilizado para campanhas sobre doação de córnea, depois de glaucoma,  
494 saúde ocular, objetivando a divulgação dos cuidados com a saúde da visão. Passou a seguir a palavra ao  
495 **Sr. José Conceição**, conselheiro da UPA/UBS Campo dos Alemães que solicita que seja colocado um  
496 conselheiro tutelar de prontidão para aquela região. Disse que num fim de semana houve um caso que  
497 necessitou de um conselheiro e que não havia nenhum disponível para atender o caso. Disse também que  
498 acredita que o secretário juntamente com o COMUS possa estar trabalhando nesse problema que é de  
499 suma importância para a população daquele local. Falou também que quanto ao que foi falado sobre o  
500 painel de senhas da UBS Parque Industrial, que o da UBS Campo dos Alemães já está a mais de 5 anos  
501 com esse mesmo problema e que até agora não foi solucionado. Reclamou também na demora nos  
502 atendimentos nas unidades de saúde por falta de funcionários, agradeceu pela abertura de horas extras  
503 para os funcionários de lá e pelo envio de mais um funcionário para ajudar, mas falou que isso ainda não  
504 é o suficiente. O **secretário Oswaldo** informou que dentro das condições atuais é o que se pôde fazer até  
505 o momento, mas que estão avançando para melhorar ainda mais o atendimento. O **presidente Adelino**  
506 agradeceu a participação de todos e não tendo mais nada a declarar, encerra-se a reunião às dezenove  
507 horas e quarenta e um minutos.